

GUILHERME DE OCKHAM: CONHECIMENTO, SINGULAR E *PRIMUM COGNITUM*

**RICARDO PEREIRA SANTOS LIMA¹
JAKOB HANS JOSEF SCHNEIDER²**

Resumo: O presente texto tenta explorar o pensamento filosófico de Guilherme de Ockham a fim de buscar a base em que se fundamenta a epistemologia desse filósofo. Os pontos chave desta busca são os conceitos de *conhecimento* (esse se subdividindo em abstrativo e intuitivo), objeto *singular* e *primum cognitum*. Esses três conceitos articulados entre si possibilitam a compreensão da doutrina epistemológica de Guilherme de Ockham, a qual elevará o filósofo no rol de pensadores importantes ao longo da história da filosofia. A compreensão desses conceitos também nos possibilitará compreender a filosofia “nominalista” de Ockham como inovadora e reformadora, removendo os rótulos depreciativos de “destruidor da metafísica”.

Palavras-chave: “conhecimento abstrativo”, “conhecimento intuitivo”, “metafísica”, “*primum cognitum*” e “singular”

GUILLAUME D’OCKHAM: CONNAISSANCE, SINGULIER ET *PRIMUM COGNITUM*

Resumé: Ce présent texte tente explorer le pensée philosophique de Guillaume d’Ockham à fin de chercher la base en que se fondement l’épistémologie de cette philosophe. Les points clés de cette recherche sont les concepts de *connaissance* (ce se subdivise en abstractive et intuitive), objet *singulier* et *primum cognitum*. Ces trois concepts s’articulent entre eux, rendent possible la compréhension de la doctrine épistémologique de Guillaume d’Ockham, dont élèvera le philosophe en troupe de importants penseurs au long de l’histoire de la philosophie. La compréhension des concepts aussi nous permettre comprendre la philosophie “nominaliste” d’Ockham comment innovateur et réformateur, retirant l’étiquettes dépréciatifs de “destructeur de la métaphysique”.

Mots-clés: “connaissance abstractive”, “connaissance intuitive”, “métaphysique”, “*primum cognitum*” et “singulier”

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Filosofia – IFILO/UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121. Campus Santa Mônica – Bloco 1U – CEP 38400-902. Uberlândia-MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4251. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), membro da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC). E-mail: filosofia.ricardo@gmail.com.

² Professor Orientador Doutor do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Filosofia – IFILO/UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121. Campus Santa Mônica – Bloco 1U – CEP 38400-902. Uberlândia-MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4251. Membro da *Société Internationale pour l’Étude de la Philosophie Médiévale* (SIEPM), membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), membro da *Deutsche Gesellschaft für Philosophie* (DGPhil). E-mail: jakobschneider@defil.ufu.br.

1- INTRODUÇÃO

A escolástica posterior, situada no período conhecido como Baixa Idade Média, comumente é conhecido por ter sido uma etapa de declínio na História da Filosofia. O ápice filosófico do século XIII – representado em última instância pelo sistema filosófico de Tomás de Aquino – deu origem ao declínio nos dois séculos posteriores. Os séculos XIV e XV não foram marcados por grandes espíritos criadores, cujos sistemas filosóficos se manteriam firmes e inabaláveis por décadas. Estava assim decretado o fim do período filosófico medieval, e com ele, o nascimento de uma inovadora doutrina cartesiana.

No entanto, não devemos nunca menosprezar um período filosófico afirmando que o mesmo fora “obscuro”, “trevoso” ou até mesmo “improdutível”. Esta forma de preconceito, característica daqueles em que há falta de agudeza espiritual, é responsável por desenhar a caricatura negativa do medievo. De acordo com os ensinamentos de Hirschberger (1966, p. 242) “há uma série de problemas da mais alta importância filosófica que, relativamente a essa época, são estudados com profundidade e espírito crítico”. Dentre os problemas citados, encontramos a questão do *conhecimento intuitivo, em dependência do princípio da individuação*. Ao ver de alguns comentadores, como Alessandro Ghisalberti³ e Gordon Leff⁴, esse era um problema de natureza originalíssima, o qual houve de ser tratado por um dos grandes intelectos daquele período, a saber: o intelecto de Guilherme de Ockham⁵.

Guilherme de Ockham⁶, também conhecido como *Venerabilis Inceptor*⁷, nasceu por volta de 1280⁸ em Ockham, situada no condado de Surrey, ao sul de Londres.

³ GHISALBERTI, A. *Guilherme de Ockham*; tradução de Luis A. De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

⁴ LEFF, G. *William of Ockham. The metamorphosis of Scholastic Discourse*. Manchester: Manchester University Press, 1975. Introduction, p. XIII.

⁵ Segundo Spade: “Standart histories have long recognized that the three most important figures in the philosophy of the High Middle Ages were Thomas Aquinas (1224/5-74), John Duns Scotus (c. 1266-1308), and William of Ockham (c. 1288-1347). Of the three Aquinas is comparatively well known to modern readers, whereas Scotus and Ockham largely remain mere names.” *cf.* SPADE, Paul Vincent. *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Introduction. p. I.

⁶ Além de “Ockham”, existem as seguintes grafias para o nome do filósofo: Occam, Ockam, Auquam, Hotham e Olram.

⁷ Do latim, “venerável iniciador”. A alcunha surgiu porque apesar de ser bacharel, Ockham não conseguiu o direito de ensinar como mestre. De acordo com Merino “*inceptor*, porque não ensinou nem como doutor e nem como professor; e *venerabilis* enquanto fundador do nominalismo. Seus contemporâneos lhe chamavam *doctor*

Tornou-se franciscano e por volta de 1306 foi ordenado como subdiácono. Ockham teve uma educação esmerada em Oxford, onde mais tarde veio a ensinar. Entre os anos de 1319-1324, Ockham dedicou-se a fim de escrever a primeira parte de seu comentário ao livro das *Sentenças* (*Scriptum in libros Sententiarum*). Em 1323, João Lutterell, o ex-chanceler da Universidade de Oxford, obtém autorização real para ir até Avinhão e submeter a autoridade papal uma lista contendo 56 proposições extraídas e interpretadas do *Comentário*, as quais ele julga perigosas e heterodoxas. Citado a comparecer em Avinhão para prestar esclarecimentos, Ockham foge e se refugia em Munique, amparado pelo imperador excomungado, Luís da Baviera. É célebre o apelo que Ockham faz à seu benfeitor: “*O imperator, defende me gladio, et ego defendam te verbo*”⁹. O filósofo viveu em Munique, defendendo e representando os interesses políticos-eclesiásticos de Luis da Baviera, até a sua morte em 1347. Ockham morreu dois anos mais tarde, vítima de peste negra. O diverso e grandioso legado¹⁰, deixado pelo pensador, apenas nos dá a confirmação do quão importante ele é para a História da Filosofia. Segundo Leff:

Ockham foi um inovador; e até recentemente ele teve de sofrer por ser julgado antes em função de sua suposta influência sobre outros, do que em atenção às suas próprias realizações.

O julgamento era quase uniformemente depreciativo porque não se fazia distinção entre os seus pontos de vista e aqueles do ockhamismo,

invincibilis.” Cf. MERINO, J. A., *Historia de la filosofia medieval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2001. p. 289.

⁸ A data de nascimento de Ockham não é de todo conhecida, a data de 1280 é sustentada segundo a autoridade de Philoteus Boehner. Cf. MERINO, J. A., *Historia de la filosofia medieval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2001. p. 289.

⁹ “Oh imperador, defenda-me com a espada, e eu te defendo com a palavra”.

¹⁰ São elas, em ordem cronológica: *Quaestio super Bibliam, Expositio in librum Porphyrii, Expositio in libros physicorum Aristotelis, Summula philosophiae naturalis, Scriptum in librum primum Sententiarum – Ordinatio –, Quaestiones in librum secundum, tertium et quartum Sententiarum – Reportatio –, Summa Logicae, Quodlibeta septem, Tractatus de quantitate; Tractatus de corpore Christi, Quaestiones in libros physicorum Aristotelis, Tractatus de praedestinatione et de praescientia Dei respectu futurorum contingentium, Allegationes religiosorum virorum, Opus nonaginta dierum, Dialogus, prima pars, Epistola ad fratres minores in capitulo apud Assisium congregatos, De dogmatibus papae Johannis XXII, Tractatus contra Johannem XXII, Tractatus contra Benedictum XII, Compendium errorum papae Johannis XXII, Allegationes de potestate papae, An princeps, Dialogus, pars tertia, Breviloquium de potestate Papae, Octo quaestiones, Tractatus de jurisdictione imperatoris in causis matrimonialibus, De Imperatorum et Pontificum potestate, De electione Caroli quarti.* cf. GHISALBERTI, A. *Guilherme de Ockham*; tradução de Luis A. De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 24-36.

cujas extravagâncias iniciais e subsequente esterilidade, costumavam ser transferidas para o pensamento dele. Foi assim que Ockham passou a ser visto como o demolidor da escolástica, responsável pelo transtorno do delicado equilíbrio entre fé e razão, graças a uma combinação de lógica implacável e de insensibilidade religiosa, senão do ceticismo. De uns trinta anos pra cá, os estudos começados por Hochstetter, Vignaux, Moody, Baudry, Boehner e seus discípulos, acabaram por desfazer gradativamente, a velha caricatura e ajudaram a restituir o Ockham original como um autêntico pensador cristão dentro da tradição escolástica. (...) o certo é que a impropriedade dos velhos rótulos de “nominalista” e “fideísta”, e o sem fundamento para qualificá-lo de cético, estão agora suficientemente claros. (LEFF, 1975, p. I *apud* DOS SANTOS, 1997, p. 9-10)

Segundo Spade (1999, p. 100) “a primeira coisa que aprendemos sobre a filosofia de Guilherme de Ockham é que ele era um *nominalista*”. Spade não erra ao fazer a afirmação anterior, do mesmo modo ele também não se equivoca ao afirmar posteriormente que a filosofia de Ockham não se restringe somente à noção sumária *nominalismo*. Porque ele fez uma inversão do paradigma gnosiológico em sua época, contrariando grandes mestres como Tomás de Aquino e Duns Escoto. De acordo com Ghisalberti:

Antes de Ockham partia-se da convicção de que não há ciência senão do universal e que, por conseguinte, o conhecimento humano tem um valor objetivo somente na condição de que o universal tenha algum fundamento na realidade. E exatamente porque a realidade era concebida como de algum modo universal é que se colocava o problema do princípio de individuação, ou seja, o problema de saber como e em virtude de qual elemento da natureza ou essência universal se contrai, dando lugar à multiplicidade numérica dos indivíduos da mesma espécie. (GHISALBERTI, 1997, p.74)

A inovação do pensamento ockhamista, reside no modo como ele irá responder as seguintes questões sobre o conhecimento humano: de onde se origina; qual sua natureza; e qual o seu valor.

2- CONHECIMENTO INTUITIVO E ABSTRATIVO

Acerca da doutrina que versa sobre a origem do nosso conhecimento, Guilherme de Ockham já nos brinda com sua originalidade ao destacar o valor da experiência no processo gnosiológico. É bem verdade que Tomás de Aquino e Duns Escoto também já tinham realçado a importância da empiria no processo de aquisição de conhecimento. Entrementes, para Duns Escoto a experiência servia apenas para salientar a atividade do

intelecto, que é a causa última do nosso conhecimento intelectual¹¹. Ao passo que para Tomás de Aquino, a experiência era apenas uma causa material do conhecimento¹². Em Ockham, a experiência sensível é de fato a causa eficiente do conhecimento. Desse modo, só nos é necessário um conhecimento intuitivo sensível aplicado a um objeto do mundo exterior, ou um conhecimento intuitivo intelectual sobre algo não material, como atos psíquicos internos¹³. Somente assim é possível alcançar a origem do conhecimento do mundo real. De acordo com Ockham:

Esta instância não vale, porque para a notícia de alguma verdade contingente, não basta a notícia intuitiva sensitiva, mas é preciso sustentar, além desta, também a notícia intuitiva intelectual. E por isso se o intelecto, tendo a notícia incompleta dos extremos ou dos significados pelos extremos desta verdade, assente a ela quando os extremos, ou os significados dos extremos são sentidos, e quando não são sentidos não assente, convém que se tenha deles outra notícia incompleta, quer sejam sentidos, quer quando não sejam sentidos. Isto é patente a partir das conclusões preliminares, pois foi antes dito que a formação da proposição pressupõe no intelecto a notícia incompleta dos termos, de acordo com o Comentador; portanto, pela mesma razão a notícia evidente de tal verdade pressupõe a notícia intuitiva em si, e não basta apenas a notícia intuitiva sensitiva, assim como não basta para a formação da proposição apenas a notícia intuitiva sensitiva dos termos ou dos significados pelos termos.¹⁴ (OCKHAM, 1997, p. 75-76)

¹¹ cf. SCOT, John Duns. *Opus Oxoniense I, d. 3, pars 1, q. 4*; In: *Sto. Tomás de Aquino, Dante Alighieri, John Duns Scot e William of Ockham*. tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento e Raimundo Vier. São Paulo: Abril Cultural/Col. Os Pensadores, 1973.

¹² cf. AQUINO, Tomás de. *Suma de Teologia, Questões 84-89*; tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU, 2006. *Introdução*, p. 26-28.

¹³ cf. HIRSCHBERGER, J. *História da Filosofia na Idade Média*; tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Editora Herder, 1966

¹⁴ “*Ista instantia non valet: quia ad notitiam alicuius veritatis contingentis non sufficit notitia intuitiva sensitiva, sed oportet ponere praeter illam etiam notitiam intuitivam intellectivam. Et ideo si intellectus habens notitiam incomplectam extremorum, [§ vel significatorum per extrema, §] illius veritatis, assentit illi quando extrema, [§ vel significata extremorum, sentiuntur, et quando non sentiuntur non assentit, oportet quod aliam notitiam incomplectam habeat de illis quando sentiuntur quam quando non sentiuntur. Hoc patet ex conclusionibus praeambulis, quia dictum est prius quod formatio propositionis praesupponit in intellectu notitiam incomplectam terminorum, secundum Commentatorem, igitur eadem ratione notitia evidens talis veritatis praesupponit notitiam intuitivam in se, et non sufficit sola notitia intuitiva sensitiva, sicut nec ad formationem propositionis sufficit sola notitia intuitiva sensitiva terminorum vel significatorum per terminos*” (Prol. Sent., q. I)

Classicamente, o conceito de *intuição* expressa a relação direta, sem a necessidade de intermediários, com um dado objeto. Segundo Abbagnano (2007, p. 670), “a filosofia medieval empregou esse termo para indicar uma forma particular e privilegiada da consciência humana, em primeiro lugar o conhecimento empírico”. O termo *conhecimento intuitivo* (*cognitio intuitiva*) não é inovador em Ockham, ele já existia em Scot, para designar “àquilo que existe ou àquilo que está presente em determinada existência atual¹⁵”. Ockham se valerá da significação escotista do termo “intuição” para fundamentar uma espécie de empirismo radical. Desse modo, caberá à notícia intuitiva (*notitia intuitiva*) a chave para o conhecimento. Nas palavras de Ghisalberti (1997, p. 67) como um “ato primordial e imediato de conhecimento intelectual, mediante o qual tomamos contato com a realidade e percebemos que existem seres e vemos que há esta ou aquela coisa para conhecer”. É importante ressaltar que, para Ockham, quando temos *uma* notícia intuitiva de um objeto, temos efetivamente *duas* notícias, uma de natureza sensível e outra de natureza intelectual, ambas são indissociáveis no ato de apreensão da notícia.

Ockham também toma de Scot a noção de *conhecimento abstrativo* (*cognitio abstractiva*), que *grosso modo*, nada mais é do que abstrair um determinado objeto além de sua existência atual. Essa noção visa a apreender o objeto somente enquanto objeto, prescindindo de sua existência ou não-existência. Nos termos de Ockham:

De outro modo, o conhecimento abstrativo é tomado conforme abstrai da existência e da não existência e das outras condições que contingentemente acontecem à coisa ou se predicam a respeito da coisa. Não que algo seja conhecido pela notícia intuitiva que não seja conhecido pela notícia abstrativa, mas o mesmo é conhecido totalmente e sob a mesma razão por ambas as notícias. Mas distinguem-se deste modo: pois a notícia intuitiva da coisa é uma única notícia tal que em virtude dela pode saber-se se a coisa é ou julga ser e conhece evidentemente que ela é, a não ser que por acaso seja impedido pela imperfeição daquela notícia. E, do mesmo modo, se fosse perfeita tal notícia sobre uma coisa inexistente conservada pelo poder divino, em virtude desta notícia incompleta conhecer-se-ia que aquela coisa não é.¹⁶ (OCKHAM, 1997, p. 80)

¹⁵ [...] “*Eo modo quo dicimur intueri rem sicut est in se*” (*Op. Ox. II.*, d.3, q.9, n. 6).

¹⁶ “*Aliter accipitur cognitio abstractiva secundum quod abstrahit ab existentia et non existentia et ab aliis condicionibus quae contingenter accidunt rei vel praedicantur de re. Non quod aliquid cognoscatur per notitiam intuitivam quod non cognoscitur per notitiam abstractivam, sed idem totaliter et sub omni eadem ratione cognoscitur per utramque notitiam. Sed distinguuntur per istum modum: quia notitia intuitiva rei est talis*

Para Ockham, os conhecimentos intuitivos e abstrativos não se distinguem quanto o objeto conhecido – que será o mesmo em ambos os tipos de conhecimento –, nem devido às causas dos quais eles dependem, muito menos quanto à perfeição própria de cada um deles. Ockham também rechaça uma possível distinção pela natureza diversa, bem como uma distinção pela sua causa formal.

Segundo Ghisalberti (1997, p. 68-69), a única diferença entre ambos os conhecimentos é a de que “enquanto o conhecimento intuitivo dá a possibilidade de enunciar juízos evidentes em matéria contingente, o abstrativo não oferece essa possibilidade”. Ainda sobre o conhecimento intuitivo, Ockham propõe mais duas distinções, a saber: do conhecimento intuitivo *perfeito* e *imperfeito*. Em resumo, o conhecimento intuitivo perfeito se baseia na experiência que temos do objeto em sua realidade atual e presente. Ao passo que o conhecimento imperfeito se refere a proposições ou juízos passados que são relativos a um determinado objeto. Por prescindir da presença atual do objeto, a intuição imperfeita se assemelha ao conhecimento abstrativo e, por isso, é chamada por Ockham de *conhecimento abstrativo que foi corrompido pela intuição*¹⁷ ou de *conhecimento recordativo*:

Por outro lado, o conhecimento intuitivo imperfeito é aquele através do qual emitimos um juízo sobre alguma coisa, uma vez que ela tenha já existido ou não; a isto é dito conhecimento recordativo.¹⁸
(OCKHAM, 1969 p. 113, tradução nossa)

Além do conhecimento recordativo, que segundo alguns comentadores pode ser considerado uma forma de conhecimento abstrativo, Ockham divide o conhecimento abstrativo de dois modos, a saber: 1) aquele do qual versamos até o momento, o qual sempre acompanha o conhecimento intuitivo; e 2) aquele que, pelo contrário, é concebido pelo conhecimento conceitual de fato. Em outras palavras, o conhecimento do universal:

notitia virtute cuius potest sciri utrum res sit vel non, ita quod si res sit, statim intellectus iudicat eam esse et evidenter cognoscit eam esse, nisi forte impediatur propter imperfectionem illius notitiae. Et eodem modo si esset perfecta talis notitia per potentiam divinam conservata de re non existente, virtute illius notitiae incomplexae evidenter cognosceret illam rem non esse” (Prol. Sent., q. I)

¹⁷ cf. ANDRÉS, T., *El nominalismo de Guillermo de Ockham como Filosofía del lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1969. p. 113.

¹⁸ “*Cognitio autem intuitiva imperfecta est illa per quam iudicamus rem aliquando fuisse vel non fuisse; et haec dicitur cognitio recordativa” (In Sent., I. q. 13)*

Deve saber-se, todavia, que a notícia abstrativa pode ser tomada duplamente. De um modo porque diz respeito a algo abstraído de muitos singulares; e assim o conhecimento abstrativo não é distinto do conhecimento de algo universal abstraível de muitos, do qual se falará depois.¹⁹ (OKCHAM, 1997, p. 79)

É interessante notar que Ockham reconhece que os conhecimentos abstrativos são, de fato, adquiridos por um processo de abstração. No entanto, a *abstractio* ockhamista não deve ser tomada no sentido tradicional tomista. O processo ockhamista não é, e nem poderia ser, o processo em que fazemos o singular tornar-se inteligível, abstraindo-o de todas as suas condições de materialidade e singularidade, de modo que se torne um conceito universal; o objeto primeiro do intelecto segundo Tomás:

Portanto, segundo o que está sendo dito, no que concerne às representações imaginárias, a operação intelectual é causada pelo sentido. Entretanto, as representações imaginárias são incapazes de modificar o intelecto possível, mas devem se tornar inteligíveis em ato pelo intelecto agente. Em conseqüência, não se pode dizer que o conhecimento sensível seja a causa total e perfeita do conhecimento intelectual, mas antes que é a matéria da causa.²⁰ (TOMÁS, 2002, p. 515)

Ora, para Ockham esta operação carece de sentido, pois para o franciscano a matéria e o singular são inteligíveis em si. Rechaçada a posição tomista, a obra deixada por Ockham contém três sentidos de uma possível *abstractio*. O primeiro deles diz respeito acerca da operação que fazemos ao reconhecer com precisão a existência ou não existência de um objeto que nos é conhecido. Nesse sentido, podemos afirmar que abstração e aquisição de conhecimentos abstrativos são coincidentes:

De outro modo, o conhecimento abstrativo é tomado conforme abstrai da existência e da não existência e das outras condições que

¹⁹ “*Sciendum tamen quod notitia abstractiva potest accipi dupliciter : uno modo quia est respectu alicuius abstracti a multis singularibus; et sic cognitio abstractiva non est aliud quam cognitio alicuius universalis abstrahibilis a multis, de quo dicitur post*” (Prol. Sent., q. 1)

²⁰ “*Secundum hoc ergo, ex parte phantasmatum intellectualis operatio a sensu causatur. Sed quia phantasmata non sufficiunt immutare intellectum possibilem, sed oportet quod fiant intelligibilia actu per intellectum agentem; non potest dici quod sensibilis cognitio sit totalis et perfecta causa intellectualis cognitionis, sed magis quodammodo est materia causae*” (Summa Th., q. 84, a. 6)

contingentemente acontecem à coisa ou se predicam a respeito da coisa.²¹ (OCKHAM, 1997, p. 80)

O segundo sentido para o conceito de abstração em Ockham é o da precisão dos singulares a fim de se obter o universal. Como ensina o franciscano, “chamo abstração quando o intelecto produz o conceito da coisa universal a partir do ser objetivo”²² (OCKHAM, 1969, p. 114, tradução nossa). A citação anterior poderia evidenciar uma incongruência no pensamento ockhamiano, pois o excerto nos leva a crer que Ockham aceita a noção tomista de abstração. Ockham apresenta esse segundo sentido apenas de modo metódico, em que o filósofo deseja “preparar o terreno” para uma terceira definição, a qual destituirá qualquer indício de semelhança com a abstração de Tomás.

A terceira noção de abstração para Ockham se refere à “abstração da condição material”. Não devemos considerar aqui que o franciscano irá se referir ao princípio de não inteligibilidade da matéria, algo que ele veementemente nega, até “porque a intelecção está subjetivamente²³ no intelecto, não extensivamente em algum composto como um órgão corporal”²⁴ (Idem, tradução nossa). A citação anterior de Ockham, evidência que ele trata de uma “abstração da condição material” e, como observa Andrés (1969, p. 115), essa forma de abstração “não é de ordem intencional, senão de pura ordem entitativa por razão da realidade espiritual da intelecção e do entendimento”.

3- O SINGULAR

²¹ “*Aliter accipitur cognitio abstractiva secundum quod abstrahit ab existentia et non existentia et ab aliis condicionibus quae contingenter accidunt rei vel praedicantur de re*” (Prol. Sent., q. 1)

²² “*Abstractio per qual intellectus producit universale sive conceptum rei universalem in esse objectivo*” (In Sent., II. q. 15, X. X)

²³ Sobre o conceito de “subjetividade” é importante ressaltar que na Idade Média ele carrega um significado diferente do que tem hoje. Segundo Abbagnano (2007, p. 1089) o subjetivo é “aquilo que pertence ao sujeito ou tem caráter de subjetividade. Esse adjetivo teve dois significados, correspondentes aos do termo sujeito, mas somente o segundo ainda é usado. 1. A partir da escolástica do século XIII, o adjetivo significa simplesmente substancial. Ockham dizia: ‘Pode-se dizer com probabilidade que o universal não é algo real que tenha existência substancial (*esse subjectivum*) na alma ou fora da alma, mas que existe na alma num modo de ser representativo (in esse objectivo) que corresponde àquilo que a coisa externa é na sua existência substancial’ (In Sent., I. d.2, q.8, E; cf. Duns Scot, *De an.*, 17, 14). Este significado mantém-se em toda a Idade Média”

²⁴ “*Quia intellectio est subjective in intellectu, non extensive in aliquo composito sicut organo corporal*” (In Sent., II. q. 15, X. X)

As citações anteriores evidenciam que Ockham rejeita o que a tradição tomista entendia por *abstração*. Ockham, diferentemente de Tomás, compreende que o primeiro objeto conhecido pelo intelecto é o singular, e não o universal. O singular se torna-se então, para Ockham, a pedra fundamental que irá dar sustentação a toda sua doutrina filosófica pois, é somente através do singular como objeto do nosso conhecimento, que as explicações acerca do conhecimento intuitivo e abstrativo se tornam compreensíveis e a teoria da suposição pode ser desenvolvida. O singular também se torna peça chave na construção de sua famigerada doutrina nominalista, que segundo Spade (1999, p. 100), se apresenta duas formas distintas: “a) A rejeição de Ockham pelos universais e seus apetrechos, tais como a distinção formal de Duns Scot; e b) O método da ‘redução ontológica’, que se pauta na eliminação do uso de nomes desnecessários, sejam eles universais ou não”. Sobre o singular, Alféri nos ensina que:

“A primeira grande questão ockhamista é: o que é um singular? Ela não se coloca numa região do saber já delimitada, como as regras já reconhecidas de um gênero de discurso. De preferência, é a partir desta questão que os limites das diferentes regiões do saber, que os registros dos diferentes gêneros de discurso devem ser considerados. Esta é a questão, a primeira e a única, que permite se orientar dentro do grande cadastro do discurso” (ALFÉRI, 1989, p. 15)

A resposta adequada à pergunta feita na primeira linha da citação anterior condicionará a interpretação do saber no viés ockhamiano. Ockham não se preocupará em tecer uma resposta que remonte aos moldes da metafísica tradicional, sua resposta será de natureza estritamente lógica. Ockham também não nos dá apenas uma definição do que seja um singular, mas sim três. A primeira definição é nominal e geral, no entanto indispensável no estudo do filósofo:

Saiba-se, pois, primeiramente que se toma “singular” em dois sentidos. Na primeira acepção, o vocábulo “singular” significa tudo quanto é uma coisa e não várias. Compreendido “singular” desta maneira, aqueles que julgam ser o universal uma qualidade da mente, predicável de muitas coisas (representando-as e não em si mesmas), precisam dizer que todo universal é verdadeira e realmente singular. Com efeito, assim como toda palavra, por mais comum que seja por convenção, é verdadeira e realmente singular e numericamente uma, visto ser uma só e não várias, também a intenção mental que significa muitas coisas é verdadeira e realmente singular e numericamente uma,

visto ser uma só coisa e não várias, ainda que signifique mais coisas.²⁵
(OCKHAM, 1973, p. 354-355)

Nesta definição geral, Ockham considera aberta a possibilidade de que o termo “universal” possa ser um singular, pois, apesar de se referir a várias coisas, a palavra “universal” é única e não várias.

A segunda definição é de caráter ontológico e, diferentemente da primeira, abarca as coisas singulares e individuais, excluindo da definição a possibilidade de ser singular um termo que é único e que ao mesmo tempo é sinal de várias coisas:

Na segunda acepção, toma-se “singular” como aquilo que é uma só coisa e não várias, sem ser, por natureza, sinal de muitas coisas. Neste sentido, nenhum universal é singular, porque todo universal destina-se a ser sinal de muitas coisas e predica-se, por natureza, de muitas coisas. Logo, chamando-se universal aquilo que não é numericamente uno (acepção que muitos dão a universal), digo que nenhuma coisa é universal, a não ser empregando-se abusivamente o vocábulo e dizendo-se que um povo é um universal, porque não é um, mas muitos. Isso seria, contudo, pueril.²⁶ (idem)

Segundo Merino (2001, p. 290), “pode-se afirmar que o ser singular último, tomado por Ockham como *res singularis*, é determinado como um ser singular que não é um signo. Esta definição do ser singular último como *no-signo*, não é acidental”. Ockham rejeita a possibilidade do *ser singular* ser algum sinal ou signo, ele deve ser em última instância uma unidade numérica real, existente, como qualquer indivíduo material que compoña o mundo.

²⁵ “*Est autem primo sciendum quod ‘singulare’ dupliciter accipitur. Uno modo hoc nomen ‘singulare’ significat omne illud quod est unum et non plura. Et isto modo tenentes quod universale est quaedam qualitas mentis praedicabilis de pluribus, non tamen pro se sed pro illis pluribus, dicere habent quod quodlibet universale est vere et realiter singulare: quia sicut quaelibet vox, quantumcumque communis per institutionem, est vere et realiter singularis et una numero quia est una et non plures, ita intentio animae, significans plures res extra, est vere et realiter singularis et una numero, quia est una et non plures res, quamvis significet plures res*” (Summa Log. I, c. 14)

²⁶ “*Aliter accipitur hoc nomen ‘singulare’ pro omni illo quod est unum et non plura, nec est natum esse signum plurium. Et sic accipiendo ‘singulare’ nullum universale est singulare, quia quodlibet universale natum est esse signum plurium et natum est praedicari de pluribus. Unde vocando universale aliquid quod non est unum numero, - quam acceptionem multi attribuunt universali -, dico quod nihil est universale nisi forte abuteris isto vocabulo, dicendo populum esse unum universale, quia non est unum sed multa; sed illud puerile esset*” (idem)

A terceira e última definição é de natureza semiótica²⁷, pois tratará dos singulares em sentido próprio e estrito da semiologia. Esses signos singularizantes serão chamados por Ockham de “termos discretos”:

Agora entre os lógicos a palavra "individual" [singular] é compreendida de três maneiras. De uma forma um "individual" é chamado assim quando designa uma coisa em número e não várias, e, portanto, pode ser permitido qualquer universal que seja um individual. De outra maneira, uma coisa fora da mente é chamada de um individual, que é uma e não várias, e não é o sinal de algo, e assim qualquer substância qualquer é um individual. Na terceira forma, um sinal que é próprio de uma coisa é chamado de "individual"; e isso é chamado de termo discreto, e, assim, Porfírio que afirma que um "individual" é o que é predicado de uma coisa só.²⁸ (OCKHAM, tradução nossa, grifo nosso)

O termo discreto, seja ele próprio ou demonstrativo²⁹, fará referência a um ser singular. Esse singular, no sentido da semiótica, não qualificará o signo em sua unidade numérica de signo, mas sim em sua significação e referência singular. Ou seja, somente os termos discretos e singularizantes podem dar significação às coisas, pois os universais são incapazes de expressar os seres singulares últimos:

Somente os signos singularizantes podem oferecer a chave fundamental da significação. Com ele se leva a uma tese fundamental da filosofia ockhamista: que o ser singular não é inefável, em oposição à tese contrária, que era a comum. A singularidade é o modo mais radical de ser do ente. É seu *modo de ser*. Os demais modos de ser da metafísica tradicional devem ser vistos e interpretados como simples modos de significar. Desde esta ontologia do concreto, os modos de ser da metafísica clássica, como o *ser por si e por acidente*, o ser em potência e ato, essência e existência, substância e acidentes, não são outra coisa que modos de falar e significar, já que tudo o que existe não pode ser outra coisa que um ente singular, existente em ato. (MERINO, 2001, p. 291)

²⁷ A Semiótica (gr. σημειωτικός – “ótica ou visão dos sinais”) é o ramo da ciência que estuda os signos.

²⁸ “*Apud logicum autem ‘individuum’ tripliciter accipitur. Nam uno modo dicitur individuum illud quod est una res numero et non plures, et sic potest concedi quod quodlibet universale est individuum. Aliter dicitur individuum res extra animam, quae est una et non plures, nec est signum alicuius; et sic quaelibet substantia est individuum. Tertio modo dicitur individuum signum proprium uni, quod vocatur terminus discretus; et sic dicit Porphyrius quod individuum est quod praedicatur de uno solo*” (ibidem, c. 19)

²⁹ Em Ockham os termos demonstrativos são vocábulos demonstrativos que têm o papel de designar algum objeto. Por exemplo: este (homem), essa (mulher), aqueles (meninos).

4- O PRIMUM COGNITUM

Muitos alocam Ockham no rol dos pensadores que intentaram destruir a metafísica. Com seu pensamento afiado, o franciscano efetuou significativos cortes na ontologia, inovando o modo de pensar e introduzindo novos problemas. De acordo com Libera:

Várias fórmulas foram tentadas para qualificar globalmente a “revolução” ockhamiana: desencantamento ontológico (P. Alféri) exame lingüístico do mundo (R. Paqué), criticismo e ceticismo (K. Michalski), pansemiotismo (U. Eco); não acrescentaremos a estas nenhuma nova. O programa filosófico de Ockham aparenta-se ao programa do neopositivismo na medida em que ele visa a redução drástica da ontologia (princípio da economia ou “navalha de Ockham”); ele é lógico, na medida em que a lógica se vê investida de uma função doxolítica geral (a *pars destructiva* da filosofia de Ockham é frequentemente mais importante que a sua *pars construens*); ele é naturalista no sentido em que se emprega esse termo a respeito de J. Dewey ou de W. James, isto é, no sentido em que “as únicas relações admissíveis são para ele, as que unem entre si os objetos naturais do mundo natural: proximidade ou afastamento spatiotemporal, causalidade, semelhança etc.” (Cl. Panacio). O conjunto produz uma doutrina empirista e antiplatônica, articulada sobre um realismo gnosiológico e um antirrealismo ontológico. (LIBERA, 2011, p. 429)

Ora, partindo da citação anterior é possível presumir que Ockham não é, pura e simplesmente, um destruidor da metafísica. Apesar de seu famoso desprezo pela doutrina realista, Ockham abre um caminho para a possibilidade da metafísica quando ele admite a existência de uma verdade objetiva pautada numa espécie de *realismo gnosiológico*. Ou seja, para Ockham existe um mundo objetivo e uma verdade objetiva, que só é acessado a partir do singular. É somente através do singular que Ockham consegue efetivar sua metafísica, pois é ele quem levanta a problemática acerca do objeto primeiro do intelecto, o *primum cognitum*.

Para Ockham o *primum cognitum* pode ser compreendido de três modos: 1) com relação à prioridade de origem, isto é, aquilo que atua como término do primeiro ato do conhecimento; 2) em relação à adequação, isto é, em relação à capacidade do objeto ser predicado *per se* de todos os inteligíveis, ou seja, de se referir à totalidade; e 3) é

possível entendê-lo como o objeto inteligível mais perfeito que pode existir, ou seja, o ser mais perfeito que o nosso conhecimento intelectual pode alcançar³⁰.

Desta forma, a segunda definição é a que mais apresenta importância para o nosso estudo, pois ela está intimamente ligada à possibilidade de fundamentação do pensamento metafísico em Ockham através da relação entre o conteúdo concreto do singular, o pensamento e a realidade. Assim, faz-se pertinente o comentário de Ghisalberti

O fato de que Ockham introduza a temática do *primum cognitum* e a desenvolva amplamente é suficiente por si só, mesmo prescindindo dos resultados obtidos, para dismantelar a tese de quem vê em Ockham o lógico interessado exclusivamente em um uso correto dos termos ou de todo empenhado na tentativa de elaborar uma filosofia da linguagem, longe de todo o interesse de caráter metafísico. Ockham, como todo filósofo, sente a premência de indagar a respeito da estrutura originária do conhecer; está premido pela necessidade que o pensamento sente de estabelecer exatamente a natureza de seu reportar-se com a totalidade do ser. Portanto, é necessário ler suas afirmações sobre o conhecimento intuitivo do singular e sobre a individualidade intrínseca do real também a luz da temática a respeito do *primum cognitum*. (GHISALBERTI, 1997, p. 98)

A origem do objeto primeiro do intelecto não é outra senão o singular. E como fora dito antes, apreendemos o singular de modo sensitivo e intelectual. Ora, o argumento é simples: se até mesmo a nossa rude aparelhagem sensorial consegue captar o singular, sem dúvida deve-se admitir que sem ele também é captado pelo intelecto, que é mais sofisticado que os órgãos sensoriais. Pensadores como Tomás de Aquino e Henrique de Gândavo, excluem a possibilidade do conhecimento intelectual do singular, segundo tais pensadores, o intelecto é tão sofisticado e perfeito que, por conta dessa qualidade, é incapaz de apreender algo tão imperfeito e corruptível como o singular. Vejamos o argumento tomista:

Nosso intelecto não pode direta e primordialmente conhecer o singular nas realidades materiais. Eis a razão: o que nos torna singulares é a matéria individual; ora nossa inteligência conhece abstraindo a espécie

³⁰ “*Distinguo de primo objecto intellectus, quia quoddam potest intelligi esse primum objectum intellectus vel primitate generationis, et est illud quod terminat primum actum intelligendi; vel potest esse primum primitate adaequationis, et tunc esset illud quod praedicaretur de omnibus per se intelligibilibus...; vel potest esse primum primitate perfectionis, et est perfectissimum intelligibile ab intellectu*” (In I Sent., 3, 1; Opera Theologica II, pp. 388-389)

inteligível dessa matéria. O que é conhecido por essa abstração é universal. Nosso intelecto não conhece pois diretamente senão o universal. Mas indiretamente, e por uma espécie de reflexão, o intelecto pode conhecer o singular.³¹ (TOMÁS, 2002, p. 545)

O argumento tomista sustenta uma firme posição ante a possibilidade do conhecimento intelectual dos singulares. Ockham, por sua vez, discordará dessa posição apresentando três argumentos: 1) O universal, que é conseguido através da abstração dos singulares, não é em nada mais perfeito que o singular, afinal, ele foi abstraído de um singular; 2) O intelecto conhece ou pelo *intellectu agens*, ou pela espécie inteligível do fantasma. Esses dois *modus cognoscere* não se restringem somente ao conhecimento do universal, podendo do mesmo modo conhecer o singular; e 3) O singular também pode ser apreendido de modo não material, do mesmo modo como ocorre com o universal. Logo, o singular não está de todo modo excluído do conhecimento imaterial e intelectual.³²

Ora, se o singular é conhecido intelectivamente, deve-se presumir que sua ciência dá-se através de notícias intuitivas. Conforme os capítulos anteriores, as notícias intuitivas constituem a base para a fundamentação do nosso conhecimento. Assim sendo, elas não poderiam atuar de modo diferente acerca do *primum cognitum*. Daí poder-se-ia questionar acerca da essência do singular, pois se o singular *existe* e, por sua vez é inteligível, parece adequado dizer que o ele apresenta uma *essência* que permita essa ação. Assim, cairíamos no clássico problema do contraste entre *existência* e *essência*.

³¹ “*Dicendum quod singulare in rebus materialibus intellectus noster directe et primo cognoscere non potest. Cuius ratio est, quia principium singularibus in rebus materialibus est material individualis: intellectus autem noster, sicut supra dictum est, intelligit abstahendo speciem intelligibilem ab huiusmodi materia. Quod autem a materia individuali abstrahitur, est universale. Unde intellectus noster directe non est cognoscitivus nisi universalium. Indirecte autem, et quasi, per quandam reflexionem, potest cognoscere singulare*” (*Summa. Th.*, q. 86, a. 1)

³² “*Primum non impedit, quia universale abstractum a materialibus non est perfectius ipso singulari, et tamen intelligitur. Nec secundum impedit, quia ab eodem potest poni immutari ad cognitionem singularis sicut ad cognitionem universalis. Si enim immutetur praecise ab intellectu agente ad cognitionem singularis. (...) Nec tertium impedit, tum quia non plus repugnat huic singulari recipi immaterialiter quam universalis; Tum quia cognitio singularis sequens post cognitionem universalis recipitur immaterialiter, igitur non repugnat sibi primo immaterialiter*” (*In I Sent.*, d. 3, q. 6)

Ockham afirma que não existe uma distinção entre *existência* e *essência*. Tal distinção não é justificável, pois a essência não se distingue da coisa singular enquanto ela existe

Desde que nós tocamos no ser existente, devemos fazer uma digressão para considerar, como o ser existente está relacionado com a coisa, isto é, onde o ser de uma coisa e a essência de uma coisa são duas entidades fora da alma, distintas uma da outra. Parece-me que não há tais duas entidades; nem que o ser existente signifique algo de diferente na coisa. Pois, se esse fosse o caso, seria ou substância ou acidente. Não é acidente porque então o ser existente de um homem seria a quantidade ou qualidade; isso é manifestamente falso, como fica claro por indução. Nem pode ser dito que seja uma substância porque toda substância é ou matéria ou forma ou um *compositum* de ambos, ou é uma substância absoluta. Mas se o *esse* é outra coisa que a da entidade da coisa, não pode ser dito que seja nada disso.³³ (OCKHAM, 2011, p. 533)

Então, conclui-se que para Ockham o singular não tem essência. Ou seja, objetos como este homem, este pássaro e esta mesa não possuem uma essência de homem, de pássaro ou de mesa. Pois para afirmar que algum indivíduo tem uma essência, seria necessário demonstrar que a essência desse indivíduo se distingue de algum modo da coisa mesma, e isso para Ockham é indemonstrável:

Dizem então que em Sócrates há uma natureza humana contraída a Sócrates por uma diferença individual, não distinta realmente dessa natureza, mas formalmente. Logo, a natureza e a diferença individual não são duas coisas, mas uma não é formalmente a outra. Essa opinião, entretanto, me parece de todo improvável. Prova: Nas criaturas nunca pode haver alguma distinção qualquer fora da alma, se as coisas não são distintas. Portanto, se entre esta natureza e esta diferença há uma distinção qualquer, precisa haver coisas realmente distintas. Provo a menor em forma silogística³⁴: Esta natureza não se distingue formalmente desta natureza; ora, esta diferença individual

³³ “*Et quia tactum est de esse existere, aliquantulum disgreduendo considerandum est qualiter esse existere se habet ad rem: utrum scilicet essentia rei et esse rei sint duo extra animam, distincta inter se. Et mihi videtur quod non sunt talia duo, nec esse existere significat aliquid distinctum a re: quia si sic, aut esset substantia aut accidens. Non accidens, quia tunc esse existere hominis esset qualitas vel quantitas; quod est manifeste falsum, sicut inductive patet. Nec potest dici quod est substantia, quia omnis substantia vel est materia vel forma vel compositum vel substantia abstracta*” (*Summa Log.*, III-2 c. 27)

³⁴ A formalização do argumento ockhamiano é: $(a = b \wedge c \neq b) \rightarrow c \neq a$

distingue-se formalmente desta natureza; logo, esta diferença individual não é esta natureza.³⁵ (OCKHAM, 1973, p. 357)

Por conseguinte, estabelece-se que tudo aquilo que pertence ao singular, é singular. A essência de Sócrates não é semelhante e nem parecida com a de Platão ou Aristóteles. A essência deste cão nada se assemelha com a daquele outro cão³⁶. Deste modo, Ockham postula que a essência não é algo universal e nem distinta da existência, pois como afirma o pensador: “A existência de uma coisa não é outra e senão sua essência”³⁷. Logo, o singular não tem essência, pois ele é a sua própria essência.

Com efeito, Ockham legitima o primado absoluto do singular e o caráter imediato e direto da intelecção que podemos ter dele. O singular é inteligível tanto em sua faticidade (como coisa existente) quanto em sua especificidade concreta (como essência). O primado completo do conhecimento do ser concreto, tanto em sua faticidade quanto em sua especificidade, demonstra que o singular sensível é a causa originária e sem intermediários para o conhecimento, isto é, no que concerne à origem do conhecimento, o singular é o *primum cognitum*. De acordo com Merino, (1997, p. 105) “o singular é empírica e ontologicamente o primeiro inteligível, gozando de autonomia nos campos lógico, ontológico e gnosiológico. Ele não precisa ser fundamentado conceitualmente, mas sim ser descoberto e compreendido em sua própria concreitude”

³⁵ “Unde dicunt quod in Sorte est natura humana, quae contrahitur ad Sortem per unam differentiam individuaem, quae ab illa natura non distinguitur realiter sed formaliter. Unde non sunt duae res, una tamen non est formaliter alia. Sed ista opinio omnino improbabilis videtur mihi. Primo, quia in creaturis numquam potest esse aliqua distinctio qualiscumque extra animam nisi, ubi res distinctae sunt; si igitur inter istam naturam et istam differentiam sit qualiscumque distinctio, oportet quod sint res realiter distinctae. Assumptum probo per formam syllogisticam sic. Ista natura non est distincta formaliter ab ista natura; haec differentia individualis est distincta formaliter ab hac natura; igitur haec differentia individualis non est haec natura” (Summa Log. I, c. 16)

³⁶ De modo velado, Ockham fala aqui do conceito de “ecceidade” (do lat. *Haecceitas*; o nome *haecceitas* deriva do advérbio latino *haec*, que significa “esta” ou “isto”). A ecceidade é um conceito cunhado por Duns Scot, o qual designa o conjunto de características materiais ou imateriais, que faz com que uma coisa seja uma coisa particular. Trata-se, por sua vez, de sua essência particular, que permitirá distinguir *este* ser singular de todos os outros. (Cf. SCOT, *Ordinatio* II, d. 3, p. 1. q. 2, n. 48)

³⁷ “Et ideo non plus sunt essentia et esse duae res quam essentia et essentia sunt duae res, et ita esse non est alia res ab entitate rei” (Summa Log., III-2 c. 27)

5- CONCLUSÃO

Segundo Honnefelder (2005, p. 330) “abordar a obra de um autor que nunca escreveu: eis aí uma empresa ingrata. E está diante de uma tarefa como essa quem pretende fazer da metafísica de Guilherme de Ockham o tema de sua investigação”. De fato, Honnefelder reconhece a dificuldade da reconstrução do pensamento metafísico de Ockham, porém, em nenhum momento o comentador confere impossibilidade nesse engenho. A dificuldade advém do reconhecimento que o pensamento do autor se encontra mutilado e distribuído na imensidão de sua obra. Por um lado, árduos e ásperos parecem ser os caminhos a serem trilhados para a reconstituição fidedigna do pensamento ockhamiano, por outro lado, sua reconstrução acarretaria numa relevância filosófica de grande valia para o estudo de filósofos posteriores, posto que derivam do pensamento metafísico de Ockham conceitos políticos, lógicos, epistemológicos e psicológicos³⁸, os quais foram minuciosamente esculpidos por um intelecto que prezava a exatidão de conceitos e que abominava a multiplicação de entidades sem necessidade³⁹.

Assim sendo, este trabalho procurou compreender e esmiuçar a epistemologia presente no pensamento de Guilherme de Ockham. Iniciou-se o percurso com a sistematização dos conhecimentos intuitivos e abstrativos. Tal sistematização é imprescindível, pois somente através da compreensão desses dois conceitos, se abre a possibilidade de explorar a temática do singular. Apesar de Ockham afirmar que o conhecimento começa com o singular e não o contrário, iniciar o trabalho pela temática do singular presumiria que o leitor já conhecesse o *modus laboris* de Ockham, ou seja, sua doutrina acerca do conhecimento intuitivo e abstrativo.

O conceito de “singular” é basilar na filosofia de Ockham, é através dele que se compreende como os conhecimentos intuitivos e abstrativos se entrelaçam, pelo

³⁸ A conotação do termo “psicologia” no período que decorre da Antiguidade até a Idade Média Plena é distinta da conotação que temos hoje. Entendia-se como psicologia a disciplina que tem como objeto de estudo a alma, a substância supra-sensível que era tida como “o princípio dos seres vivos” (cf. ARISTÓTELES, *De anima*, I, 1, 402 a 6).

³⁹ O princípio da redução ontológica, ou “navalha de Ockham” baseia-se em outro princípio, chamado de princípio da parcimônia, ou da simplicidade o qual tem como lema a seguinte proposição: “Os seres não devem ser multiplicados além da necessidade”. Segundo Spade, “tal formulação não é de Ockham, mas o filósofo disse coisas equivalentes, como: ‘A pluralidade não deve ser postulada sem necessidade’³⁹; ‘O que pode acontecer através de poucos [princípios], acontece em vão através de mais” (SPADE, 1999, p. 101, grifo do autor).

singular tornam-se compreensíveis as críticas do filósofo aos realistas. Não obstante é por meio do conceito de singular que se torna exequível uma metafísica em Ockham. Esta metafísica, representada pelo conceito de *primum cognitum*, diz respeito ao objeto primeiro do nosso intelecto no ato de conhecer. Ou seja, qual é o princípio primeiro, primordial, originário para o nosso conhecimento? A resposta encontra-se no *primum cognitum*, ou seja, o singular. Com isso, Ockham rechaça toda metafísica anterior. Sua doutrina não demanda intermediários entre o sujeito conhecedor e o objeto conhecido, tais intermediários, como os universais, as espécies, os gêneros etc., apenas poluiriam a busca pelo conhecimento. Logo, Ockham não é um destruidor da metafísica, é antes um reformador, um inovador, que atesta a viabilidade na busca de uma verdade objetiva por meio do mundo sensível.

6- REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. tradução coordenada e revisada por Alfredo Bosi, revisão da tradução e tradução de novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALFÉRI, P. *Guillaume d'Ockham: Le singulier*. Paris: Éditions de minuit, 1989.

ANDRÉS, T. *El nominalismo de Guillermo de Ockham como filosofía del lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos S. A., 1969.

AQUINO, T. *Suma de Teologia, Questões 84-89*; tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU, 2006

_____. *Suma Teológica*. Vol 2., Parte I, Questões 44-119; Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira (org.). São Paulo: Loyola, 2002.

ARISTÓTELES, *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

CULLETON, A. O problema da *causa finalis* em Ockham. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 521-538, jul./dez. 2011.

GHISALBERTI, A. *Guilherme de Ockham*. tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GILSON, E. *O espírito da filosofia medieval*. tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A Filosofia na Idade Média*. tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HIRSCHBERGER, J. *História da Filosofia na Idade Média*. tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Editora Herder, 1966.

HONNEFELDER, L. *Guilherme de Ockham: A possibilidade da metafísica*. In. *Filósofos da Idade Média: uma introdução*. organizador Theo Kobusch. tradução por Paulo Astor Soethe. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

LEFF, G. *William of Ockham. The metamorphosis of Scholastic Discourse*. Manchester: Manchester University Press, 1975.

LIBERA, A. *A Filosofia Medieval*. tradução de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 2011.

MERINO, J. A. *Historia de la filosofía medieval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2001.

OCKHAM, W. *Intuition et abstraction*. textes introduits, traduits et annotés par David Piché. Paris: J. Vrin, 2005.

_____. *Scriptum in libros Sententiarum*. Disponível em: <http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Scriptum_in_libros_sententiarum> acessado em 05/12/12.

_____. *Seleção de Obras*. tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural/Col. Os Pensadores, 1973.

_____. *Selección de textos*. In. *Los Filósofos Medievales v. 2*. Organizador Clemente Fernández. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1980.

_____. *Summa Logicae*. Disponível em: <http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa_Logicae> acessado em 05/12/12.

_____. *Summe der Logik: aus Teil I, Über die Termini*. Ausgewählt, übersetzt und mit Einführung und Anmerkungen herausgegeben von Peter Kunze. Hamburg: F. Meiner, c1999.

SANTOS, A. R. *Repensando a Filosofia: Prólogo do Comentário de Guilherme de Ockham às Sentenças, questão 1ª*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SCOT, J. D. *Seleção de Obras*. tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento e Raimundo Vier. São Paulo: Abril Cultural/Col. Os Pensadores, 1973.

SPADE, P. V., *Ockham's Nominalist Metaphysics: Some Main Themes*, article presented in *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.